



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA  
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

**MARIA RODRIGUES DE SOUSA**

**A INCLUSÃO SOCIAL DA CRIANÇA COM SURDEZ NA  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

**JOÃO PESSOA  
2013**

**MARIA RODRIGUES DE SOUSA**

**A INCLUSÃO SOCIAL DA CRIANÇA COM SURDEZ NA  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

**Orientadora:** Profa. Ms. Ana Célia Silva Menezes.

**JOÃO PESSOA  
2013**

S725i Sousa, Maria Rodrigues de.

A inclusão social da criança com surdez na escola de educação infantil / Maria Rodrigues de Sousa. – João Pessoa: UFPB, 2013.  
55f.

Orientador: Ana Célia Silva Menezes  
Monografia (graduação em Pedagogia – modalidade a distância)  
– UFPB/CE

1. Educação inclusiva. 2. Surdez. 3. Educação infantil. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 373.24-056.263 (043.2)

**MARIA RODRIGUES DE SOUSA**

**A INCLUSÃO SOCIAL DA CRIANÇA COM SURDEZ NA  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: 30/ 12 / 2013

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Ms. Ana Célia Silva Menezes - Orientadora  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

---

Prof. Esp. Regina de Fátima Freire Valentim Manteiro  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Dedico tudo isso a meus pais **João Rodrigues** e **Maria das Mercês**. Aos meus irmãos **Antônio, Everaldo, Francisco, Genecy e Lucas**, em especial minha irmã **Ana** por ser além de irmã amiga, colega de curso e de trabalho, pelo apoio e incentivo nas horas difíceis e angustiantes, por estar sempre comigo nessa trajetória, contribuindo de forma significativa durante todos esses anos, e à minha sobrinha e filha adotiva **Ana Clara**.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, razão suprema da minha existência, pela saúde, fé e perseverança que tem me dado para trilhar essa trajetória.

À minha orientadora Ana Célia Menezes, pela paciência, atenção, dedicação, apoio, carinho, orientação, incentivo e ensinamentos que tornaram possível a conclusão desta monografia, pois apesar da distância ela sempre se fez presente durante toda a caminhada.

Às professoras e à gestora da escola Francisca Leite da Silva, pelo apoio e carinho e por não medir esforços para contribuir de forma significativa durante a pesquisa.

A todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho, em especial a minha irmã Ana Rodrigues de Sousa, por ter sido minha coorientadora, por estar sempre comigo, de dia ou de noite ela estava sempre ao meu lado me ajudando ou me fazendo companhia, pois só de estar ao meu lado me sentia confortada para continuar apesar do cansaço.

A todos os professores, pelos conhecimentos transmitidos durante os quatro anos de caminhada.

À minha amiga Maria Aparecida de Jesus que me brindou com sua amizade sem interesse, com muito carinho, alegria e apoio e por ter aberto as portas de sua casa para me receber toda vez que precisei.

Ao longo do período desses quatro anos, muitas pessoas passaram por minha vida, deixando marcas e lições, proporcionando-me alegrias, conhecimento e crescimento pessoal.

*“[...] Falar da diferença provoca, ao mesmo tempo, uma problematização sobre a oposição entre a normalidade e a anormalidade e, inclusive, a problematização da própria normalidade, do cotidiano.”*

(SKILIAR, 1998)

## RESUMO

A educação inclusiva é um movimento que compreende a educação como um direito humano, fundamental e base para uma sociedade mais justa e solidária. Ampliar essa discussão, sobretudo no âmbito escolar é essencial no processo de garantia desse direito. Neste sentido o presente trabalho de pesquisa traz como tema: **A inclusão social da criança com surdez na escola de educação infantil**. O tema foi trabalhado a partir da seguinte questão: Quais as condições que as escolas de educação infantil apresentam para receber crianças com surdez? Essas condições garantem o acesso, permanência e aprendizagem dessas crianças? Com o intuito de responder as questões acima apresentadas, temos como principal objetivo analisar as condições efetivas das escolas para atender crianças com surdez, tendo em vista a importância da inclusão social dessas crianças na educação infantil como garantia de direito. Trazemos para o debate teórico autores como Soares e Lacerda (2004); Díaz, Bordas, Galvão e Miranda (2009); Osava (2007); Carvalho et al. (1998); Mattos (2001 *apud* PEREIRA; MAROSTEGA, 2002); Pereira (2007); Mullett *apud* Silva (1986). Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de campo realizada numa escola municipal, numa abordagem qualitativa, do tipo descritiva. Como instrumentos foram utilizados questionários com questões abertas e semiabertas e observações. Com os resultados da pesquisa verificamos que tanto as professoras quanto os alunos surdos enfrentam muitas dificuldades de acesso ao ensino de qualidade. Às docentes faltam melhores condições de trabalho e de formação e aos alunos faltam melhores condições de aprendizagem. Os relatos das professoras foram bastante esclarecedores quanto ao despreparo destas para lidar com alunos surdos nas suas salas de aula; embora uma delas tenha demonstrado certa facilidade na comunicação com o aluno surdo, isto não lhe garante conhecimento de causa.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Surdez. Educação Infantil.

## ABSTRACT

Inclusive education is a movement that understands education as a human, fundamental and foundation for a more just and caring society law. Enlarge this discussion, particularly in the school environment is essential to guarantee that right process. In this sense, the present research has as theme: The social inclusion of children with deafness in school children's education. The theme was worked from the following question: What are the conditions that preschools have to accommodate children with deafness? These conditions ensure access, retention and learning of these children? In order to answer the questions above, our main objective to analyze the actual conditions of schools to serve children with hearing loss, taking into account the importance of social inclusion of these children in early childhood education as a guarantee of law. Authors bring to the theoretical debate as e Lacerda Soares (2004 , p 129 . ) ; Díaz , Borders , Galvão and Miranda (2009 ) ; Osava (2007 ), Carvalho et al . (1998 p 79.); Mattos (2001 apud PEREIRA; MAROSTEGA, 2002, p 16.), Pereira (2007 p 20.); Mullett apud Silva (1986 , p 228 . ) . From the methodological point of view, it is a field research conducted in a public school, a qualitative approach, the descriptive type. Instruments as questionnaires with open and semi-open questions and observations were used. With the results of the survey found that both the teachers as deaf students face many difficulties in access to quality education. Teachers lack the better working conditions and training and students lacking better learning. The teachers' reports were quite enlightening as to those unprepared to deal with deaf students in their classrooms, although one of them has demonstrated a certain ease in communicating with the deaf student that does not guarantee him knowingly.

**Keywords:** Inclusive Education, Deafness, Early Childhood Education.

## **LISTA DE SIGLAS**

**LBS** - Língua Brasileira de Sinais

**INES** - Instituto Nacional de Educação dos Surdos

**LS** - Língua de Sinais

**MEC** - Ministério de Educação

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases

**PFDC** - Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

**ONU** - Organização das Nações Unidas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....</b>	<b>14</b>
2.1 Breve histórico da educação Inclusiva no Brasil .....	14
2.2 Marco legal e conceitual .....	20
<b>3 ESCOLA, EDUCAÇÃO INFANTIL E INCLUSÃO SOCIAL DA CRIANÇA COM SURDEZ .....</b>	<b>26</b>
3.1 A escola que acolhe a criança com surdez .....	26
3.2 Inclusão da criança com surdez, uma questão social .....	33
<b>4 METODOLOGIA DA PESQUISA .....</b>	<b>38</b>
4.1 Abordagem .....	38
4.2 Lugar e sujeitos da pesquisa .....	39
4.3 Detalhamento do percurso da pesquisa .....	40
<b>5 INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SURDEZ NA ESCOLA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA .....</b>	<b>42</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>50</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>54</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A inclusão social da criança com surdez nas escolas de educação infantil vem sendo abordada a partir de diferentes perspectivas, dentre elas o direito da pessoa com deficiência auditiva ser incluída no ambiente escolar de maneira a não se sentir rejeitada ou colocada à margem pelo corpo docente e discente da escola. Apesar das múltiplas dificuldades expressas e visíveis nas escolas, essas crianças têm assegurado o seu direito de estudar em escolas públicas.

Porém é importante destacar que, em geral, a educação inclusiva ainda é vista como sinônimo de educação especial, ou seja, de educação de pessoas com deficiência. Todavia, é preciso compreender que a educação inclusiva não se destina apenas às pessoas com deficiência, mas a qualquer educando que, por razões distintas, encontra em seu percurso escolar barreiras que interferem no processo de aprendizagem, a ponto de levá-lo ao fracasso escolar ou a evadir-se da escola. Nesse sentido, a educação que se define como inclusiva também se compromete em identificar e remover essas barreiras que comprometem a aprendizagem dessas crianças.

Essa compreensão alargada sobre inclusão nos remete a situações mais específicas e de maior dificuldade de serem trabalhadas pela escola, sendo uma delas a de crianças com surdez. A escola não dispõe na maioria das vezes das condições necessárias ao atendimento dessas crianças e o próprio professor também, nem sempre, está preparado para exercer com eficiência seu trabalho considerando as especificidades que uma criança com surdez, por exemplo, apresenta. Por se tratar de um tema atual e muito presente na realidade contemporânea da escola pública brasileira foi este o tema escolhido para esta pesquisa: **A inclusão social da criança com surdez na escola de educação infantil.**

A escolha deste tema se deu por dois motivos básicos: primeiro pelo fato de reconhecer que a educação inclusiva visa enfrentar as desigualdades e minimizá-las através da garantia do direito à escola para todos e segundo porque após nove anos de trabalho como docente recebi uma aluna com surdez e me percebi sem nenhum preparo para trabalhar com uma aluna assim.

Além dessa problemática alguns outros elementos agravantes se manifestaram: a turma era numerosa (25 alunos) e multisseriada e a aluna possuía

um aparelho auditivo que não lhe ajudava a me entender; ou seja, a própria situação educacional e socioeconômica dificultava o processo de ensino e aprendizagem dessa criança. Essa não é uma realidade isolada e a maioria das pessoas com deficiência que frequentam a escola pública está sujeita a estas e outras situações que comprometem sua permanência e aprendizagem na escola.

Daí a importância de o poder público investir na infraestrutura das escolas para que elas estejam adequadas para receber alunos com todo e qualquer tipo de deficiência. Cabe ainda ao poder público a garantia de uma formação inicial e continuada necessária aos professores que atuam nesta área de modo que estes se sintam preparados para saber lidar com todo tipo de situação que envolva alguma deficiência, porque a inclusão é fundamental na vida de todo ser humano, seja de pessoa surda ou de qualquer outra deficiência.

Neste sentido levantamos a seguinte questão: Quais as condições que as escolas de educação infantil apresentam para receber crianças com surdez? Essas condições garantem o acesso, permanência e aprendizagem dessas crianças?

Com o intuito de responder as questões acima apresentadas, temos como principal objetivo desta pesquisa analisar as condições efetivas das escolas para atender crianças com surdez, tendo em vista a importância da inclusão social dessas crianças na educação infantil como garantia de direito.

A partir deste objetivo geral apresentamos os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar um breve histórico da inclusão social da criança com surdez a partir da legislação nacional.
- Discutir a importância da inclusão social da criança com surdez na sala de aula e no meio social;
- Refletir sobre as condições que as escolas oferecem para efetivamente garantir o direito de acesso, permanência e aprendizagem de crianças com surdez;
- Identificar situações de brincadeiras e cuidados visando novas formas de aprender e de criar oportunidades de aprendizagem para as crianças com surdez.

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de campo numa escola municipal de educação infantil. Como principal instrumento para a coleta de dados foi utilizado o questionário, aplicado às professoras e à gestora da escola. Os

dados foram analisados numa abordagem qualitativa, priorizando-se uma descrição reflexiva da realidade encontrada.

Para a discussão das principais questões da pesquisa utilizamos os seguintes autores: Soares e Lacerda (2004, p. 129); Díaz, Bordas, Galvão e Miranda (2009); Osava (2007); Carvalho et al. (1998, p. 79); Mattos (2001 *apud* PEREIRA; MAROSTEGA (2002, p. 16); Pereira (2007, p. 20); Mullett *apud* Silva (1986, p. 228).

A discussão sobre educação inclusiva vem contribuir para a problematização e o delineamento dos desafios colocados para a educação pública, democrática e de qualidade para todos, porém, o que percebemos é que muito se fala e pouco se faz pela inclusão da pessoa surda nas escolas públicas que lhes assegure uma educação de qualidade, com professores preparados, e até mesmo com intérprete, uma vez que esses discentes surdos estão incluídos no meio de pessoas falantes.

Assim, resultante do trabalho investigativo, organizamos o presente texto que está estruturado em quatro capítulos, uma introdução e as considerações finais.

Na Introdução, o texto apresenta, em linhas gerais, o tema, a questão-problema a ser investigada, a justificativa do tema, objetivos e a metodologia e fundamentação teórica.

O capítulo **Educação Inclusiva** apresenta um breve olhar histórico sobre a sua trajetória e sobre o marco legal e conceitual da temática. O capítulo **Escola, educação infantil e inclusão social da criança com surdez** traz a fundamentação teórica do texto e discute a escola e a inclusão social da criança com surdez, destacando particularmente o papel social da escola nesse processo.

O capítulo **Metodologia da pesquisa** apresenta a concepção metodológica da pesquisa; sua abordagem, o campo e os sujeitos pesquisados e o detalhamento do percurso investigativo. O capítulo **Inclusão da criança com surdez na escola da educação infantil: análise dos dados da pesquisa** descreve os dados coletados durante a pesquisa e faz a análise desses dados.

É no capítulo das **Considerações finais** que são retomados a questão-problema e o objetivo geral da pesquisa, de modo a evidenciar se as questões foram suficientemente estudadas e compreendidas.

Uma pesquisa é sempre um olhar e uma possibilidade. Aquela que foi possível de ser construída naquele tempo e naquelas condições. É com a consciência dos limites, mas também das perspectivas e contribuições que este estudo traz à temática discutida, que apresentamos o trabalho que segue.

## 2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Neste capítulo trataremos de apresentar, mesmo que sucintamente, uma discussão conceitual sobre educação inclusiva. Para isso iniciaremos com um breve histórico de como esta educação foi situando-se ao longo da trajetória da educação brasileira e em seguida apresentaremos um referencial legal e conceitual sobre o tema.

### 2.1 Breve histórico da educação inclusiva no Brasil

Para entendermos a história da inclusão das crianças surdas nas escolas no Brasil, suas particularidades, sua língua e a sua forma singular de vida em sociedade, é necessário resgatar alguns vestígios históricos que marcaram a “inclusão” do povo surdo no processo educacional.

Na antiguidade os surdos eram vistos com uma visão negativa como aqueles que não podiam ser educados. Além disso, eram vistos com piedade e compaixão, como castigados pelos deuses ou enfeitiçados; ou, de forma mais desprezada, sendo abandonados ou até sacrificados. Em sociedades onde predominavam o espírito guerreiro e a idolatria pela perfeição física (como Esparta e Roma) havia sacrifícios daqueles que nasciam fora do padrão da “normalidade”, isto é, com algum tipo de deficiência física ou mental. Podemos perceber que de modo geral, nas sociedades do mundo considerado antigo e/ou clássico, a população surda era marginalizada: estereotipados como “anormais”, isolados, presos, considerados párias e vistos como improdutivos ou inúteis.

É somente então no século XVI, período considerado como a modernidade, que surgem os primeiros educadores de surdos. O monge beneditino espanhol Pedro Ponce de Leon (1520-1548) foi um importante educador, além de fundador de uma escola de professores de surdos. Utilizava a datilologia – representação manual das letras do alfabeto, a escrita e a oralização como metodologias de ensino. Esta preocupação educacional de surdos deu lugar às aparições de numerosos professores que desenvolveram, simultaneamente, seus trabalhos com os sujeitos surdos e de maneira independente, em diferentes lugares da Europa. Havia professores que se abocavam na tarefa de comprovar a veracidade da aprendizagem dos sujeitos surdos ao usar a língua de sinais e o alfabeto manual e em muitos lugares havia professores surdos (STROBEL, 2006, p. 248 *apud* CARVALHO, 2013).

Assim como no século XVI, o monge beneditino espanhol Pedro Ponce de Leon, e professores da época também procuram lutar para provar que as crianças com surdez eram capazes de aprender.

Ainda no século XVI, outras pessoas buscaram contribuir para o desenvolvimento de um método que fosse capaz de garantir o ensino às pessoas surdas. Dentre estes, encontra-se o médico francês Laurent Joubert (1529 a 1582), o qual afirmava que a capacidade existia em toda e qualquer criança, mesmo nas nascidas surdas ou que mais tarde viriam se tornar surdas (MULLETT *apud* SILVA, 1986, p. 228).

Segundo este mesmo autor (MULLETT *apud* SILVA, 1986, p. 242-243), já no século XVII pode-se destacar como grandes expoentes na educação de pessoas surdas os nomes do espanhol Juan Pablo Bonet e do inglês John Bulwer. O primeiro defendia que a melhor idade para que uma criança surda pudesse ser ensinada a falar era entre os seis e oito anos e, ainda, afirmava que havia basicamente duas causas que levavam uma pessoa a não se expressar oralmente: a mais importante era a surdez; a outra podia ser algum eventual defeito na língua. Recomendava que as pessoas, com um olhar observador, podiam entender o que lhes é dito oralmente pela observação dos movimentos dos lábios e, desta forma, procurava provar que uma criança nascida surda pode ser ensinada a ouvir o som das palavras com seu olhar e de aprender a falar sua língua.

Também no século XVII (1690), uma esperança de educação apareceu na fala de Locke, o qual defendia que a experiência é o fundamento de todo saber. Ele queria dizer que a criança deve ser estimulada desde a tenra idade e levada a vivenciar as mais diversas situações no seu cotidiano. Nessa época, era percebido o grande interesse que os estudiosos tinham pela educação dos surdos, especialmente porque tinham descoberto que esse tipo de educação liberava ganhos financeiros, pois as famílias ricas que tinham descendentes surdos pagavam grandes fortunas para que seus filhos aprendessem a falar e a escrever.

No século XVIII foi considerado o período mais fértil da educação surda face ao aumento do número de escolas e do ensino de língua de sinais. Os surdos podiam aprender e dominar diversos assuntos, bem como exercer várias profissões. Destacou-se na época, o abade francês Charles Michel de L'epée (1750), que criou os "Sinais Metódicos", uma combinação de língua de sinais com gramática

sinalizada francesa. Este educador transformou sua casa em escola pública e acreditava que todos os surdos deveriam ter acesso à educação.

Tudo poderia ter sido mais fácil na vida das pessoas com surdez se desde a antiguidade tivessem existido mais pessoas como o francês Charles, que em vez de julgar, criticar, buscou criar métodos que facilitassem a vida dessa classe tão desvalorizada naquela época.

Segundo Karagiannis, Steinbeck, Steinbeck (1999), foi somente no final do século XVIII, especificamente em 1700, que alguém resolveu pensar numa metodologia educacional a fim de atender as pessoas com deficiência. O médico Benjamin Rush foi o primeiro norte-americano a apresentar o conceito da educação de pessoas com deficiência e acreditar na possibilidade de educá-las. Nesse sentido, houve uma grande tensão entre a exclusão e a inclusão das pessoas com deficiência que afetou os Estados Unidos da América, já que as escolas públicas desse país após uma intensa política inclusiva, literalmente incorporaram um grande número de crianças com Necessidades Educacionais Especiais nas escolas do ensino regular. Mas, essas crianças eram apenas “inseridas” na escola; contudo, não havia uma significativa inclusão (BARBOSA, 2007, p. 16).

Os autores ainda comentam que no século XIX, mais ou menos em 1800, os sujeitos deficientes não eram considerados dignos de receberem educação e de frequentarem a escola de ensino regular. Após a independência dos Estados Unidos, foi então decidido que todas as pessoas com deficiência eram incapazes de conviver socialmente com as outras pessoas, e assim foram separadas do convívio socioeducacional. Dessa forma, durante a extensão do século XIX e uma parte do século XX, houve um período em que os sujeitos com deficiência permaneciam inertes nas instituições, ou seja, ficavam literalmente segregados, o que caracterizou o Paradigma da Institucionalização.

No Brasil a educação surda teve início durante o segundo Império quando Dom Pedro II trouxe o professor surdo, um francês chamado Edward Huet, para construir o primeiro Instituto dos surdos mudos em 1857. Anos depois, em 1956, passou a ser chamado Instituto Nacional de Surdos Mudos, e, logo depois, de Instituto Nacional de Educação de Surdos em 1957, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). Para dar aulas às crianças surdas usava a língua de sinais já que ele teria estudado com Clerc no Instituto Francês, podendo-se deduzir que ele utilizava os sinais e a escrita, sendo considerado inclusive, como introdutor da Língua de Sinais Francesa.

Contudo e no intuito de beneficiar os surdos brasileiros, legalmente o Sr. Antônio Campos de Abreu, solicitou a aprovação e sancionamento do Dia Nacional do Surdo aprovada pelo deputado Eduardo Barbosa e sancionada pelo presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, a ser comemorado todos os anos em 26 de setembro. “Artigo 1º: Fica instituído o dia 26 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Surdos” (BRASIL, 2008).

Se olharmos direito, ainda hoje na atualidade, apesar das leis que os defendem ainda existem muitas falhas para com esses grupos considerados por muitos de “anormais”. Porém, a partir das décadas de 1970 e 1980,

Este panorama começou se alterar com os estudos sobre Comunicação Total e a visita da pesquisadora Ivete Vasconcelos. As décadas seguintes marcaram a ascensão do Bilinguismo com as pesquisas da professora Lucinda Ferreira Brito (1993), que em 1994 propôs a abreviação “LIBRAS” para a língua de sinais no Brasil. Hoje, contamos com várias classes especiais, salas de recursos e espaços educacionais para os surdos, contudo, isto se mostra insuficiente diante da realidade que vivemos. A maioria dos países convive com estas diferentes visões filosóficas sobre os surdos e sua educação (CARVALHO, 2010 P. 3).

Houve um avanço na educação da pessoa com deficiência e, principalmente, da educação do aluno com surdez ao longo dos tempos, desde a sua história educacional. Isso aconteceu devido aos direitos dos deficientes, que avançaram na medida em que foi garantida a sua educação. Mas, foi somente a partir da promulgação dos documentos internacionais resultantes de determinantes históricos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração de Jontien (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Declaração de Guatemala (1999), que os surdos passaram a ser considerados como pessoas, dignas de receberem uma educação de qualidade, de acordo com o que “supõe” o Paradigma de Suportes e os próprios princípios da educação inclusiva garantidos por essas declarações.

O respeito à diversidade, efetivado no respeito às diferenças, impulsiona ações voltadas ao reconhecimento de sujeitos de direitos, simplesmente por serem seres humanos. Suas especificidades não devem ser elemento para a construção de desigualdades, discriminações ou exclusões, mas sim, devem ser norteadoras de políticas afirmativas de respeito à diversidade, voltadas para a construção de contextos sociais inclusivos (BRASIL, 2004, p. 7).

A discussão sobre educação inclusiva na contemporaneidade vem contribuir para compreendermos que a inclusão de crianças com surdez na sociedade depende do patrimônio cultural que elas recebem. Isto faz da educação um pilar fundamental para o desenvolvimento dessas crianças, pois o objetivo da educação inclusiva é adaptar e ajudar no desenvolvimento das potencialidades e contribuir para construção da personalidade e caráter de cada ser humano.

É importante lembrar que o ensino da Língua de Sinais (LS) é uma proposta com fins definidos: o aluno surdo que adquire e aprende a LS no início de sua escolarização, na educação infantil e primeira etapa do ensino fundamental é aquele que terá conhecimentos e aptidão linguística suficiente para, não somente acessar o conhecimento, mas também transformar esse conhecimento de forma crítica e ativa. E mais do que isso: a língua de sinais é a língua por meio da qual as identidades surdas são formadas e a cultura surda se manifesta.

Diante do exposto podemos perceber que dentro da cultura surda há um conjunto de aprendizados e acontecimentos que intensificam a língua de sinais e suas formas de interação produzindo um letramento tanto individual como social em que a metodologia de Libras deve estar em alinhamento com as diferenças produzidas dentro desses diferentes espaços que possibilitam a exposição do discurso surdo.

De acordo com informação de Mário Osava (2007), o Ministério de Educação (MEC) estima que 80% das crianças e adolescentes surdos não frequentam a escola. Segundo o censo oficial de 2000, o Brasil tem uma população de 182 milhões, dos quais 5,75 milhões são surdos, equivalente à população inteira da Dinamarca. Deste total, 796.344 tinham menos de 24 anos. Já no censo de 2003, foi constatado que 56.024 surdos estavam matriculados nas escolas primárias e secundárias dos países, com 2.041 se formando no ensino médio nesse ano.

Segundo Carvalho et al. (1998, p. 79 *apud* SILVA, Liliâne; SILVA, Lucimery, 2013), o conhecimento da família no processo de inclusão do aluno surdo é um fator essencial para interação, comunicação e aprendizagem escolar do aluno, visto que é no ambiente familiar que a pessoa com surdez amplia as diferentes formas de comunicação. A entrada da criança no ambiente escolar de ensino é permeada de ansiedade e expectativas tanto para a criança quanto para os pais e professores podendo trazer graves problemas de interação e comunicação quando as organizações não estão preparadas para receber o aluno deficiente auditivo.

Em relação à criança com surdez, os pais são companheiros privilegiados no processo de ensino-aprendizagem do aluno deficiente auditivo, podendo contribuir com a escola informando como ela se comunica e interage, bem como suas dificuldades nesse processo. Comumente as crianças enfrentam muitas barreiras ao entrarem na escola em consequência da perda de audição e da forma como a escola organiza sua proposta educacional, podendo prejudicá-las nas suas potencialidades cognitivas socioafetivas, linguísticas e político-culturais e, conseqüentemente, no desenvolvimento da sua aprendizagem.

No contexto dessas dificuldades encontradas pelos surdos, considera relevante questionar como os surdos se encontram “incluídos” nas salas de aula no ensino regular. “Quase sempre”, a prática nos mostra que esses alunos encontram sérias dificuldades de aprendizagem, alterações comportamentais, em abandono num canto da sala de aula, ou em tantas outras situações de dificuldades (MATTOS, 2001 *apud* PEREIRA; MAROSTEGA, 2002, p. 16 *apud* SILVA, Liliane; SILVA, Lucimery, 2013).

Nesse sentido a escola deve alertar os pais a compartilharem mais da educação dos seus filhos. A escola produz mudanças significativas no processo de inclusão da criança surda, revertendo sua prática segregadora em inclusiva quando promove por meio do seu Projeto Político-Pedagógico a participação ativa e regular das famílias (OLIVEIRA, 2006 *apud* SILVA, Liliane; SILVA, Lucimery, 2013).

Segundo Gotti, assessora técnica da Secretaria de Educação Especial do Ministério de Educação, para que essa realidade pudesse mudar seria necessário que houvesse mais conhecimento por parte dos pais de crianças surdas sobre o direito dos seus filhos, já que muitos pais de família nem sabem que estas possuem o direito de estudar. “Das poucas crianças que vão à escola”, diz ela, “muitas acabam desistindo porque não conseguem acompanhar a instrução em português falado, uma vez que o método mais utilizado é fundamentado no oralismo” (OSAVA, 2007). Se esses pais não têm consciência dos direitos dos seus filhos como vão lutar por eles? Cabe às escolas passar essas informações aos pais e mostrar o quanto a presença deles no ambiente escolar da criança surda é importante para que ela se sinta bem e possa se desenvolver como um ser integrado e não ficar em um canto como acontece na maioria das escolas.

Enfim, ao fazermos um breve passeio pela trajetória da educação de crianças com surdez, ficam evidentes os avanços conquistados e os múltiplos desafios que

ainda permanecem para serem superados no sentido de fazer valer o que é hoje um direito desses sujeitos.

## **2.2 Marco legal e conceitual**

Leis e documentos nacionais e internacionais, ao longo das últimas décadas, vêm sendo criados no sentido de assegurar os seus direitos a esses grupos tão discriminados pela sociedade ainda nos dias atuais. O primeiro e mais importante marco neste processo é a constituição federativa do Brasil.

Criada em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil, estabelece no artigo 3º inciso IV: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Define, ainda, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o treinamento da cidadania e a denominação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e continuação da criança na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Em 1989 foi promulgada a Lei 7.853, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social. Define como crime “recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado”. A pena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa.

Nos anos de 1990 foi elaborado e sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente, através da Lei nº 8.069/90. O artigo 55 desta lei afirma que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

Ainda nos anos 90, temos a Declaração Mundial de Educação para Todos, documento internacional que passa a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

A Política Nacional de Educação Especial em movimento contrário ao da inclusão demarca retrocesso das políticas públicas ao orientar o processo de “integração instrucional” (MOURA, 2012), que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “[...] possuem condições de acompanhar e

desenvolver as atividades curriculares programadas no ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 - no artigo 59 preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específica para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências e a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37). Em seu trecho mais controverso (art. 58 e seguintes), diz que “o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular”.

Segundo a LDB de 1996 todo o sistema de ensino deve receber os alunos com deficiência e propor um currículo, com métodos e teorias adequados às suas necessidades.

Para Skiliar (1998), todas as crianças com surdez têm uma facilidade própria de se desenvolverem na língua de sinais. Dessa forma convém entender que as pessoas surdas:

[...] têm o direito de se desenvolverem numa comunidade de pares, e de construir estratégias de identificação no marco de um processo não fragmentado, nem cercado. Mas, não estou simplesmente mencionando o processo individual ou a individualização de identificações, como se elas fossem homogêneas, estáveis, fixas, como se a identificação entre os surdos ocorresse de forma inevitável, uma vez que a ‘surdez os identifica’. Refiro-me, sim, a uma política de identidades surdas, onde questão ligada à raça, à etnia, ao gênero, etc., sejam também entendidas como “identidades surdas”; identidades que são, necessariamente, híbridas e estão em constante processo de transição (SKILIAR, 1998, p. 27).

De acordo com Botelho (1999) e Lacerda (1999) *apud* Coutinho (2002), a entrada do aluno surdo no ensino regular é uma das diretrizes fundamentais da política de inclusão/integração. É entendida nesse conjunto como um processo ativo

de participação das pessoas, regularizando sua interação nos grupos sociais, implicando em harmonia. Nesse sentido, a Integração Escolar é vista como um processo gradual e dinâmico que pode tomar formas distintas de acordo com as necessidades dos alunos. Acredita-se que essa integração possibilite a construção de processos linguísticos adequados, de aprendizado dos conteúdos acadêmicos e uso social da leitura e da escrita. Nessa proposta o professor media e incentiva a construção do conhecimento através da interação com ele e com os colegas. O fato de o surdo, em geral, não ter uma língua compartilhada com seus colegas e professores e de estar em desigualdade linguística em sala de aula, não é contemplado (BOTELHO, 1999; LACERDA, 1999 *apud* COUTINHO, 2002).

As Políticas de Inclusão Educacional do governo têm como finalidade reverter esta situação e assumem o desafio de adaptar a "educação para todos" através da inclusão de 30% de crianças surdas à rede de ensino dentro dos próximos três anos. O plano visa formar a Língua Brasileira de Sinais, ou LIBRAS, para 27 mil professores e intérpretes em centros de treinamentos estabelecidos nas 27 capitais estaduais brasileiras.

A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular (BRASIL, 1999).

Segundo Saviani (2008), na nova LDB, em seu art. 85 “entende-se por educação especial para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de deficiências”.

Já no artigo 86 fica claro que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: “III Professores com especialização adequada em nível médio e superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns”. (SAVIANI, 2008, p. 102-103).

Saviani (2008) ressalta ainda que o artigo 87 (LDB 9.394/96) no parágrafo único afirma que cabe ao poder público oferecer escolas de qualidade para os educandos com necessidades especiais com professores especializados, pois só assim é que teremos uma escola inclusiva de qualidade no país.

Parágrafo único- o poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo (SAVIANI, 2008, p. 102-103).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001)<sup>1</sup> determinam que os sistemas de ensino devam matricular todos os alunos, cabendo às escolas se organizarem para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais (art. 2º), o que contempla, portanto, o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização. Porém, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, acaba por não potencializar a educação inclusiva prevista no seu artigo 2º.

Outro importante marco neste processo é a Lei nº 120.436/0, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, na Educação Básica de 2001 estabeleceram que os sistemas de ensino devem atender a todos os alunos com deficiência, organizando e aprovando um sistema de acordo com as necessidades educacionais especiais de cada criança. Ainda em 2001, o Plano Nacional de Educação, Lei 10.172/2001, trata sobre a garantia de qualidade no ensino e coloca que é necessária a construção de um ensino inclusivo, garantindo o atendimento à diversidade humana.

Nessa perspectiva de educação inclusiva, a resolução CNE/CP nº1/2002 aponta que as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores da Educação Básica definem que as instituições de ensino devem prevenir, em sua organização curricular, uma formação docente voltada para acolher a diversidade e que olhem com noções as especificidades e os alunos com necessidades educacionais especiais. Nesse caso, a Libras se torna:

---

<sup>1</sup> Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva MEC/SEESP**. p. 3 Disponível em: [https://www.google.com.br/search?q=o+que+diz+a+RESOLU%C3%87%C3%83O+CNE%2FCEB+N%C2%BA+02%2F2001+sobre+o+aluno+com+surdez&oq=o+que+diz+a+RESOLU%C3%87%C3%83O+CNE%2FCEB+N%C2%BA+02%2F2001+sobre+o+aluno+com+surdez&aqs=chrome..69i57.30799j0j7&sourceid=chrome&espv=210&es\\_sm=93&ie=UTF-8](https://www.google.com.br/search?q=o+que+diz+a+RESOLU%C3%87%C3%83O+CNE%2FCEB+N%C2%BA+02%2F2001+sobre+o+aluno+com+surdez&oq=o+que+diz+a+RESOLU%C3%87%C3%83O+CNE%2FCEB+N%C2%BA+02%2F2001+sobre+o+aluno+com+surdez&aqs=chrome..69i57.30799j0j7&sourceid=chrome&espv=210&es_sm=93&ie=UTF-8). Acesso em: 18 out. 2013.

[...] disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005).

A partir de 2002, a Libras se tornou legalmente no Brasil a língua da comunidade surda, o que podemos considerar um passo muito importante para essa classe tão desvalorizada pela sociedade.

Em 2005, com a promulgação do Decreto nº 5.626/05, houve a regulamentação da Lei nº 10.436/02, visando à inclusão dos alunos surdos. A lei dispõe sobre a inclusão de Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

Em 2008, o Brasil organiza sua Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e traz as diretrizes que fundamentam uma política pública voltada à inclusão escolar, consolidando o movimento histórico brasileiro. Em 2009, participa da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU e da qual o Brasil é signatário. Esta convenção estabelece que os Estados Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino. Determina que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório; e que elas tenham acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art. 24).

Apesar dessa conquista e de muitas outras que a comunidade surda já conseguiu e ainda está conseguindo e com todo o aparato legal, a acessibilidade da pessoa surda à educação ainda é considerada como um desafio de grandes proporções, tornando-se um fator excludente do surdo nos diversos segmentos sociais. Contudo, ao conseguir chegar à escola, a criança se depara ainda com o desconhecimento dos profissionais sobre suas reais limitações e potencialidades, dificultando o processo de ensino e aprendizagem que repercute no seu desenvolvimento global e conseqüentemente interfere na sua inclusão na sociedade.

Considerada como a língua da comunidade surda brasileira a língua de sinais tem suas próprias regras gramaticais possibilitando, desta forma, o desenvolvimento linguístico da pessoa surda, beneficiando o seu acesso aos conhecimentos existentes na sociedade. Trata-se de uma língua que pode ser adquirida de forma mais rápida do que a língua oral; diante disso, o sistema conceitual da criança é formado de início, sobretudo pela Libras (GOLDFELD, 2002 *apud* SOUSA; SILVA; SOUZA, 2011).

A autora supracitada alerta que a língua de sinais pode ser considerada a grande saída para evitar os atrasos de linguagem e de ordem cognitiva dentro do ambiente escolar das crianças surdas, e destaca também a necessidade de integração entre os surdos, ou seja, o estar próximo de outros surdos, falando assuntos relativos à sua realidade, o que já é uma razão de suma importância para que a Libras seja oferecida às crianças surdas desde pequenas.

Nesta expectativa, o papel da língua na construção do sujeito e da língua de sinais é de singular importância, e opera como o principal instrumento de acesso de um indivíduo aos bens sociais e culturais. Cabe destacar a necessidade de os educadores adquirirem o conhecimento de Libras a fim de garantir o processo de inclusão do surdo na sociedade.

A surdez pode ser definida através de três pontos de vista, que são: ponto de vista médico, educacional ou cultural. Em termos médicos, a surdez é categorizada em níveis do ligeiro ao profundo. É também classificada de deficiência auditiva, ou hipoacusia. Do ponto de vista educacional, surdez refere-se à incapacidade de a criança aprender a linguagem por via auditiva e ter um desempenho acadêmico. Em termos culturais, surdez é descrita como uma identidade cultural, partilhada entre indivíduos surdos ou com perda auditiva.

### **3 ESCOLA, EDUCAÇÃO INFANTIL E INCLUSÃO SOCIAL DA CRIANÇA COM SURDEZ**

No presente capítulo são apresentadas considerações sobre a escola de educação infantil que acolhe a criança com surdez. Em seguida, o foco da apresentação é direcionado para a inclusão da criança com surdez, uma questão social. Como se percebe, a inclusão da criança com surdez na escola é um tema que ainda precisa ser debatido para que a inclusão aconteça realmente na prática, e não fique só na teoria, pois muito se fala de inclusão, porém pouco se faz na prática para que essa inclusão tão desejada pelos portadores de necessidades especiais realmente aconteça, mesmo sabendo que eles têm leis que lhes asseguram seus direitos de inclusão tanto na escola quanto na sociedade.

#### **3.1 A escola que acolhe a criança com surdez**

Para Campos (2006), a educação infantil tem sua crescente importância ligada a motivos de várias naturezas. Em primeiro lugar decorrem das profundas mudanças ocorridas no papel da mulher na sociedade moderna, e as conseqüentes transformações nos arranjos familiares que envolvem a proteção, o cuidado e a educação dos filhos. Outro fator importante é o estudo sobre o desenvolvimento infantil, onde pesquisas mostram a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social dos seres humanos, além de melhorar expressivamente o aproveitamento das crianças na escola fundamental, especialmente as de baixa renda e em especial as crianças com surdez, pois essas crianças por causa de sua deficiência ainda estão chegando muito tarde à escola e assim como as demais crianças elas têm direito de frequentar e permanecer na escola a começar pela educação infantil sendo matriculadas na idade certa já que a educação infantil é a base de toda formação do processo ensino-aprendizagem.

Também frisa o reconhecimento dos direitos da criança, que inclui uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida. Direitos estes que vêm sendo conquistados e reafirmados através de movimentos que objetivam o desejo de viver em sociedade mais justa, igualitária e democrática. Segundo a mesma autora o significado legal da educação infantil adentrou mudanças importantes: adicionou a creche aos sistemas educacionais, e estabeleceu a responsabilidade do

setor público com respeito à oferta de vagas na Educação Infantil, respeitando a escolha da família, sem ter caráter obrigatório.

A história da educação especial, em particular a dos surdos, ainda está em construção. Há muito ainda a fazer para que a inclusão dessas pessoas seja uma realidade. Por isso, é primordial que todas as ações que apontem para inclusão das pessoas com necessidades especiais consistam em bons planejamentos e sejam bem estruturadas, para que seus direitos sejam respeitados. É preciso partir de uma avaliação responsável quando se ergue a bandeira da inclusão de pessoas que de acordo com a história foram e ainda são excluídas da sociedade, praticamente em todos os segmentos.

Segundo Mantoan (2003), “na escola inclusiva o aluno é sujeito e foco principal de toda ação pedagógica dirigida pelo professor, que o auxilia educacionalmente em todas as suas necessidades.” A escola faz também o acompanhamento de seus familiares e da comunidade a que o sujeito pertence; esse fator é imprescindível para o seu desenvolvimento, seja cognitivo ou social. Dessa forma, o mesmo acontece com o aluno com surdez, ele precisa de todo aparato pedagógico e social para que possa sentir-se e ser efetivamente inserido na educação regular.

As escolas do ensino regular devem assegurar adequada organização do trabalho pedagógico e ter profissionais preparados para o atendimento especializado, bem como professores capacitados para integrar os educandos portadores de necessidades especiais nas classes comuns e igualdade de acesso aos programas sociais disponíveis no ensino regular, dando ênfase à necessidade de integração de sala de aula para a construção de identidades sociais do indivíduo, pois os significados construídos em sala de aula têm papel preponderante na definição das identidades sociais que desempenhamos. A partir do decreto da Libras a oferta de educação bilíngue passa a ser preparada pelos sistemas de ensino, como direito dos alunos surdos, essencial ao exercício da cidadania, de modo a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares, levando em consideração que a leitura e a escrita não dependem da oralidade.

A Libras como 1ª língua e a Língua Portuguesa, como 2ª língua, instituem complementação curricular específica a ser desenvolvida nas mesmas escolas em que o aluno com surdez está matriculado. Em 2006, os sistemas de ensino deveriam começar a preparar classes e escolas bilíngues, abertas a surdos e ouvintes;

viabilizar cursos de qualificação profissional dos professores; organizar serviços de tradutor e intérprete de Libras para atuação nas classes que têm surdos nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio, educação profissional e educação superior.

Segundo Lima (2006 *apud* SOUSA, Danilo, 2013), “esta situação deverá ser estimulada com a criação, pelo governo federal, de um processo para certificar os professores que dominarem a língua, o que daria a eles condição legal de exercer o ofício”. Para a concretização desse Decreto, o MEC começou a realizar exames de proficiência em Libras. Esse exame é fundamental para o cumprimento das normas previstas no Decreto, porque atribui certificado para Libras e intérprete de Libras – Língua Portuguesa.

O Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamentou a Lei 10.436/02, também chamada Lei de Libras, tratando dos aspectos concernentes à inclusão de libras, ao mesmo tempo em que tornou obrigatório o ensino de Libras nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério em nível médio e superior e nos cursos de Pedagogia e de Fonoaudiologia, recomenda sua inclusão progressiva nas demais licenciaturas do ensino superior, conforme o Art. 3º, que diz: “A Libras deve ser inserida” como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. § 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

Segundo Pereira (2007 *apud* SOUSA, Danilo, 2013), o decreto e seu impacto nos meios de comunicação em geral demonstram que o reconhecimento das Libras vem aumentando consideravelmente, aliado aos avanços das pesquisas acadêmicas. Contudo, todo este processo ainda está em fase inicial. Apesar dos avanços, a maior parte dos surdos hoje recebeu uma educação oralista, e os resultados das conquistas da luta dos surdos terão efeitos que só poderão ser sentidos mais efetivamente a médio e longo prazo (PEREIRA, 2007, p. 20 *apud* SOUSA, Danilo, 2013).

Atualmente, devido às conquistas da comunidade surda, em articulação com pesquisadores de várias instituições de ensino superior, muitos são os cursos de primeira vez como lei na Dinamarca, em 1869, e nos Estados Unidos, em 1975. Desde então, a educação inclusiva evoluiu como um movimento de desafio às políticas e práticas segregacionistas de educação e obteve ímpeto na Europa no ano 1999. A inclusão escolar é vista como um processo dinâmico e gradual, que pode tomar formas diversas a depender das necessidades dos alunos, já que se pressupõe que essa integração/inclusão possibilite, por exemplo, a construção Intérprete de Língua Brasileira de Sinais oferecidos pelas universidades federais brasileiras. Também os cursos de Pedagogia, em todo país, estão vivendo o auge de suas reformulações curriculares para que a língua de sinais seja colocada como uma disciplina obrigatória. O mesmo acontecerá nos próximos anos com os demais cursos de licenciatura e de fonoaudiologia. Com isso teremos escolas mais preparadas com professores capacitados tomando-se cada vez mais em nosso país; teremos escolas verdadeiramente acolhedoras já que vão estar preparadas para lidar com essas crianças e suas necessidades especiais.

O princípio no qual a educação inclusiva se baseia foi considerado pela de processos linguísticos adequados, de aprendizado de conteúdos acadêmicos e de uso social da leitura e da escrita, sendo o professor responsável por mediar e incentivar a construção do conhecimento através da interação com ele e com os colegas.

Já que a escola tem que ser o reflexo da vida do lado de fora, o grande ganho, para todos, é viver a experiência da diferença. Se os estudantes não passam por isso na infância, mais tarde terão muita dificuldade de vencer os preconceitos. A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade.

As escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiências e bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. O desafio que enfrentam as escolas integradoras é o de desenvolver uma pedagogia centralizada na criança, capaz de educar com sucesso todos os meninos e meninas, inclusive os que possuam deficiências graves. O mérito dessas escolas não está só na capacidade de dispensar educação de qualidade a todas as crianças; com sua criação, dá-se um passo muito importante para

tentar mudar atitudes de discriminação, criar comunidades que acolham a todos e sociedades integradoras (SALAMANCA, 1994, p. 18).

A escola, inclusiva é aquela que tem um adequado projeto pedagógico, que começa pela reflexão. Diferentemente do que muitos possam pensar, inclusão é mais do que ter rampas e banheiros adaptados. A equipe da escola inclusiva deve debater o motivo de tanta repetência e indisciplina, de os professores não darem conta do recado e de os pais não participarem. Um bom projeto valoriza a cultura, a história e as experiências anteriores da turma. As práticas pedagógicas também precisam ser revistas. Como as atividades são selecionadas e planejadas para que todos aprendam? Atualmente, muitas escolas diversificam o programa, mas esperam que no fim das contas todos tenham os mesmos resultados. Os alunos precisam de liberdade para aprender do seu modo, de acordo com as suas condições. E isso vale para os estudantes com deficiência ou não.

Com o passar dos anos a educação inclusiva tem sido debatida em termos de justiça social, pedagogia, reforma escolar e melhorias nos programas. No que pulsa à justiça social, ela se relaciona aos valores de igualdade e de aceitação. As práticas pedagógicas em uma escola inclusiva precisam pensar uma abordagem mais diversificada, branda e colaborativa do que uma escola tradicional. As inclusões implicam que a escola se ajuste a todas as crianças que desejam matricular-se em sua localidade, em vez de esperar que uma determinada criança com necessidades especiais se ajuste à escola. De acordo com a declaração de Salamanca sobre necessidades educacionais especiais, “aquelas que possuem necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola normal, a qual deve acomodá-lo dentro de uma pedagogia centrada na criança capaz de atender às suas necessidades” (UNESCO, 1995).

Para o Ministério da Educação, comprometido com a garantia do acesso e permanência de todas as crianças na escola, tem como meta a efetivação de uma política nacional de educação inclusiva fundamentada na ideia de uma sociedade que reconhece e valoriza a diversidade. O documento do Ministério Público *O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular* apresenta um referencial para a construção dos sistemas educacionais inclusivos, organizados para atender o conjunto de necessidades e características de todos os cidadãos.

Este referencial contém uma análise da legislação pertinente à educação especial e orientações pedagógicas que discutem a prática dos educadores. São considerações que traduzem os paradigmas atuais e defendem o acesso universal à escolaridade básica através da transformação da escola em um ambiente de convivência respeitosa, enriquecedora e livre de qualquer discriminação.

A construção de uma sociedade inclusiva exige mudanças de ideias e práticas; portanto, o Ministério da Educação apoia a implementação de uma nova prática social que viabilize escolas inclusivas que atendam a todos, independente das suas necessidades educacionais especiais, de forma a garantir a participação de todos. Este manual de educação inclusiva, editado pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) em parceria com a Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva, traz a marca do compromisso do Ministério Público Federal com uma sociedade mais justa. Se o seu conteúdo contribuir para disseminar uma cultura antidiscriminatória das pessoas com deficiência, ela já terá cumprido sua finalidade. A inclusão é tão agregadora que seus benefícios não são somente sentidos pelas pessoas que estão excluídas, mas, por toda a sociedade.

No final do século XX e início do século XXI, diversos estudiosos apresentaram com suas teorias grandes contribuições à educação de surdos na escola comum, enaltecendo a valorização da diversidade no contexto social para o surdo e reconhecimento do potencial de cada um. Educar para diversidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais, nas interações e práticas sociais que lhe fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para construção de sua identidade e autonomia (CARVALHO et al., 1998, p. 23 *apud* SILVA, Liliane; SILVA, Lucimeiry, 2013).

Há muitos anos vem se falando em educação inclusiva da pessoa surda, mas foi só no final do século XX e início do século XXI que vários estudiosos deram suas contribuições para essas pessoas através de suas teorias valorizando o surdo no contexto social reconhecendo seus potenciais dando-lhes a construção de sua identidade. Segundo Pacheco et al (2007, p. 14) um sistema educacional que fornece inclusão total baseia-se nas seguintes crenças e princípios:

Todas as crianças conseguem aprender; todas as crianças frequentam classes regulares adequadas à sua idade em escolas locais, [...] recebem programas educativos adequados, [...] recebem um currículo relevante às suas necessidades, [...] participam de atividades curriculares e

extracurriculares, [e] beneficiam-se da cooperação e da colaboração entre seus lares, sua escola e sua comunidade.

Seguindo o pensamento do autor, fica claro que só depende da organização das escolas, da formação dos professores e do empenho dos membros envolvidos no sistema regular de ensino e de ser cumpridas todas as leis que esses grupos têm ao seu lado, para que eles realmente possam se desenvolver já que são capazes de aprender tudo que lhes for ensinado podendo ter grandes ganhos com o apoio da família, da escola e de sua comunidade.

Entende-se que a aprendizagem só acontece à medida que a escola tem o aluno como centro de suas ações, e não como um objeto que fica parado ou jogado em um canto sem que ninguém lhe dê carinho, respeito e atenção vendo nessa criança um ser dotado de inteligência e capaz de aprender e acreditar no seu potencial e valorizar a sua história de vida, dessa forma se tornando em um espaço acolhedor, seguro e agradável, além de ter a capacidade de inovar nas suas práticas pedagógicas. Nesse sentido se concebe a escola como um lugar privilegiado para troca de experiências, informações, comunicação e interação da pessoa com surdez.

Conforme Damásio (2007 *apud* SOUZA, 2013) a inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país.

No âmbito da educação infantil, as barreiras se tornam quase que intransponíveis, causando um atraso no início do processo de escolarização de crianças surdas. Os docentes que trabalham na educação dessas crianças se defrontam com os mesmos desafios encontrados nos outros níveis de ensino: o desconhecimento das especificidades da criança com surdez, de sua identidade, de suas reais dificuldades e potenciais, e principalmente da língua de sinais, única modalidade linguística plenamente acessível ao surdo. A educação infantil como todos os outros níveis de ensino é considerada um direito permanente garantido a todos as pessoas, com ou sem deficiência. No que diz respeito à escolarização da criança surda, os desafios não são menores, pois ela necessita da adaptação já que existem vários empecilhos para garantir o acesso dessas crianças à educação

infantil com a mesma igualdade de direitos a um atendimento educacional digno que favoreça o seu desenvolvimento global e promova a sua inserção social.

No entanto, percebe-se que as crianças surdas pequenas não estão sendo encaminhadas à escola de Educação Infantil para a início do processo de alfabetização ou letramento na faixa etária supracitada, período este em que geralmente as crianças ouvintes estão iniciando a sua escolarização. O despreparo das instituições escolares, principalmente as escolas da rede pública de ensino, é evidenciado ao se observar as práticas dos profissionais da educação, professores, coordenadores, e até mesmo gestores, em sua maioria, desconhecem estratégias pedagógicas de acolhimento às crianças com surdez, não sabendo como atendê-las em suas reais necessidades educativas. Desse modo, a inclusão de alunos (as) surdos (as) no contexto educacional nas diversas instituições do ensino em seus vários níveis apresenta-se como uma proposta de mudança de paradigma, numa perspectiva social.

### **3.2 Inclusão da criança com surdez, uma questão social**

A inclusão social das pessoas com deficiências significa torná-las participantes da vida social, econômica e política, garantindo-lhes o respeito aos seus direitos no âmbito da sociedade, do Estado e do Poder Público. A inclusão é um processo que acontece pouco a pouco, com avanços e retrocessos, isto porque os seres humanos são de natureza complexa e com heranças antigas, têm preconceitos e diversas maneiras de entender o mundo. Assim sendo, torna-se difícil terminar com a exclusão e mesmo existindo leis contra a mesma, não são leis que vão mudar, de um dia para o outro, a mentalidade da sociedade, assim como o seu preconceito. A inclusão de alunos surdos nas escolas regulares da rede pública de educação ainda é um grande desafio.

A inclusão apresenta-se como uma proposta adequada para a comunidade escolar, que se mostra disposta ao contato com as diferenças, porém não necessariamente satisfatória para aqueles que, tendo necessidades especiais, necessitam de uma série de condições que, na maioria dos casos, não têm sido propiciadas pela escola (LACERDA, 2006).

As sociedades antepassadas não aceitavam a deficiência, provocando uma exclusão quase que total das pessoas portadoras desta. As famílias chegavam

mesmo a escondê-las do convívio com outros, isolando-as do mundo. Felizmente, o mundo se desenvolveu levando a uma maior aceitação da deficiência devido ao aparecimento de novos pensamentos e mentalidades. Essas mudanças aconteceram, em grande maioria, no final do século XIX e começo do século XX na Revolução Industrial, com o advento do interesse pela educação nos países desenvolvidos. Esse interesse provocou o início do atendimento aos deficientes, bem como o aparecimento da educação especial destinada a um movimento de inclusão escolar e social.

A partir do século XX a sociedade passou a ser mais inclusiva, mais compreensiva e mais solidária com a deficiência. Hoje, as crianças com deficiência frequentam a escola, saem à rua, brincam, vivem como uma criança dita “normal”. No entanto, ainda temos um longo caminho a percorrer para que todas as pessoas se sintam integradas e apoiadas.

Atualmente podemos observar a “implementação” do Paradigma de Suportes que sustenta a filosofia da prática inclusiva em todos os ambientes sociais, inclusive, na escola, com o intuito de promover a inserção dos alunos com NEE no ensino regular. Este paradigma vem seguido da proposta do acompanhamento dos alunos surdos nas salas de recursos, por professores especializados que possam ajudá-los a resolver suas dúvidas ou dificuldades de aprendizagem.

[...] chama-se escola inclusiva, ao contexto educacional que garante esse processo a cada um de seus alunos, reconhecendo a diversidade que constitui seu alunado, respeitando essa diversidade e respondendo a cada um, de acordo, com suas peculiaridades e necessidades (BRASIL, 2000, p. 42).

Contudo, cabe às instituições escolares se organizarem, com o objetivo de garantir os direitos humanos de seus alunos, contribuindo para sua efetiva aprendizagem, respeitando e adequando-se às suas necessidades educacionais especiais, independentemente de sua etnia, sexo, idade, condição social ou deficiência.

A surdez não se trata de uma deficiência e, sim, de uma diferença, são sujeitos considerados diferentes pela sociedade. A discussão sobre os termos diferença e deficiência se presta aos olhares, vivências, conhecimentos diversos da sociedade, do imaginário social e se faz necessário esclarecê-los. A comunidade surda pode ser considerada diferenciada na sociedade dita "normal", pelo fato de

apresentar uma limitação no seu sentido auditivo, a que só começamos a dar importância no momento em que nos falta, pelo fato de ser um dos sentidos de maior importância, principalmente no aprendizado, é claro, sem menosprezar os demais, por se tratar de um dom sem o qual teríamos muita dificuldade de interagir com o mundo, fazendo referência à expressão oral humana que sem dúvida tem um valor inestimável em razão da interação do sujeito social como membro da sociedade.

Não é novidade a ninguém que qualquer pessoa com uma determinada diferença, ou mesmo uma deficiência, tem dificuldades para se incluir na sociedade de modo geral. O sujeito surdo está ligado a essa ideia pelo fato de não estar ligado ao mundo ouvinte. Mas durante muito tempo, pessoas têm lutado em prol desta integração e muitas vitórias já foram conquistadas. Como a lei de Libras que torna oficial a língua de sinais como a língua da população surda, direito a ser inserida na escola regular com professores e intérpretes até porque a pessoa surda é um sujeito com direito à interação social, que faz parte e compreende o cotidiano da sociedade. A falta da linguagem oral não exclui esse sujeito do âmbito social, contudo, ele precisa ser olhado como uma pessoa normal.

Dentro do processo de exclusão social e escolar, resultante dessa "pseudo-homogeneidade", está a população com necessidades especiais, caracterizada como aquela que possui evidentes traços que a colocam em situação diferente da população em geral. Porém esses traços não são os maiores determinantes de seu sucesso ou fracasso escolar, mas sim a qualidade do trabalho pedagógico com ela realizado.

Durante muito tempo, essa população foi vista pelas suas deficiências, relegando o trabalho educacional para essas pessoas em ambientes restritos, julgando que o isolamento resultaria na eficácia do atendimento pedagógico. Esse direcionamento, tão somente, leva a não perceber suas reais necessidades, ignorando os seus interesses, anseios, excluindo-os de um projeto de cidadania.

Na prática, percebem-se cada vez mais as possibilidades desse segmento social, e a necessidade de um redirecionamento que favoreça o seu desenvolvimento global, o seu preparo para o trabalho e sua inserção social. Essa percepção vem sendo respaldada por preceitos teóricos, de acordo com a Constituição Federal (1988), a Declaração de Educação para Todos (1990), Declaração de Salamanca - Necessidades especiais em sala de aula (1994), LDB nº

9.394/96, e Decretos e Legislações suplementares em nível estadual e municipal. Nesse sentido, a garantia do cumprimento das normativas contidas nesses documentos passa pela política de formação do professor e a existência de um projeto político-pedagógico que conheça tais diferenças e garanta a construção de uma escola para todos, assentado no princípio social da inclusão.

É essencial refletir, que estamos inseridos em um meio social que marca o indivíduo em suas diferenças e dessas surgem preconceitos, que muitas das vezes nos impedem de avançar e de realizar uma mudança de fato. A abordagem do preconceito linguístico é notória, entre a maioria dos profissionais da educação, quando se trata da Língua Brasileira de Sinais, pois, por não terem o conhecimento acerca das peculiaridades da surdez e principalmente como os sujeitos surdos se comunicam, esses profissionais criam estereótipos que prejudicam o desenvolvimento da criança ou jovem surdo em seu processo de aprendizagem, acarretando um atraso de linguagem e trazendo consequências emocionais, sociais e cognitivas com defasagem na escolarização (LACERDA, 2006).

Faz-se necessária a construção de projetos educacionais que possam atender às necessidades dos alunos surdos, permitindo o acesso, de direito, a uma educação de qualidade.

No Brasil, como em muitos outros países, as experiências com educações bilíngues ainda se encontram restritas. Um dos motivos para este quadro é, sem dúvida, a resistência de muitos a considerar a língua de sinais como uma língua verdadeira ou aceitar a sua adequação ao trabalho com o surdo (LACERDA, 1996, p. 79 *apud* SILVA; NEMBRI, 2003, p. 26 conforme LIMA, 2010, p. 3).

Não são somente os profissionais da educação que têm de se conscientizar da importância da língua de sinais na vida das pessoas surdas, mas, sim, toda população, pois esse grupo precisa muito do apoio de todos nós.

A educação inclusiva é um movimento que compreende a educação como um direito humano, fundamental e base para uma sociedade mais justa e solidária, sabendo-se, no entanto, que a inclusão não acontece num passe de mágica. É uma conquista que exige muito estudo, trabalho e dedicação de todos os envolvidos no processo: aluno surdo e ouvinte, família, professores, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais e demais elementos da escola.

As leis do Brasil preveem a inclusão dos alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino. Essa inclusão, no entanto, deve ser um processo individual, fazendo-se necessário colocar, para cada caso, o momento oportuno para que o educando comece a conviver com a classe comum com possibilidade de sucesso e melhoria.

## 4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, abordamos a metodologia da pesquisa, deixando claro o tipo de pesquisa pelo qual optamos, bem como a abordagem, o lugar e os sujeitos da pesquisa e o detalhamento do percurso da pesquisa.

### 4.1 Abordagem

Do ponto de vista metodológico trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva.

Fundamentamos nossa pesquisa na abordagem qualitativa, pois segundo Minayo (*apud* FIGUEIREDO, 2009) essa abordagem responde a questões específicas se preocupando com fatos e acontecimentos da realidade que não podem ser quantificáveis. Nessa linha de raciocínio, Santo Filho (2001, p. 43), afirma:

A pesquisa qualitativa rejeita a possibilidade de descoberta de leis sociais e está mais preocupada com a compreensão (*verstehen*) ou interpretação do fenômeno social, com base nas perspectivas dos atores por meio da participação em suas vidas. Seu propósito fundamental é a compreensão, explanação e especificação do fenômeno.

Desse modo, escolhemos o método qualitativo, por entendermos que através dele compreenderíamos como as professoras da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisca Leite da Silva trabalham com a inclusão das crianças com surdez no seu dia a dia do trabalho educativo.

A pesquisa é qualitativa, porque ela analisa a qualidade do que está sendo oferecido em termos de inclusão às crianças com surdez numa escola municipal que os estudos qualitativos investem na descrição, exploração e análise da complexidade de determinados problemas, sempre realizados desde a atenta observação do pesquisador; escolhemos desenvolver uma pesquisa de campo numa abordagem qualitativa do tipo descritiva.

Segundo Marly Oliveira (2010, p. 68) “a pesquisa descritiva procura analisar fatos e fenômenos, fazendo uma descrição detalhada da forma como se apresentam esses fatos e fenômenos, ou, mais precisamente, é uma análise em profundidade da realidade pesquisada”.

Procuramos analisar o fenômeno da inclusão correlacionando-o ao contexto social e educacional mais amplo. Ainda segundo a pesquisa descritiva, Silvio Oliveira (2010, p. 68) diz:

O estudo descritivo permite o desenvolvimento de uma análise para identificação de fenômenos, explicação das relações de causa e efeito dos fenômenos. Em outras palavras, esse estudo permite que se analise o papel das variáveis que, de certa forma influenciam ou causam o aparecimento dos fenômenos.

Considerando a multiplicidade de fatores que permeiam o objeto em estudo, sentimos a necessidade de coletar dados e informações diversas através de uma pesquisa de campo, pois, segundo Carvalho (2009), Lakatos e Marconi (1991, p. 186) *apud* Queiroz (2011, p. 38) defendem:

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

A pesquisa de campo focaliza sua observação na coleta, análise e interpretação dos fatos pesquisados, com o objetivo principal de nos fornecer os mais diversos aspectos de uma determinada realidade.

A pesquisa desenvolvida, portanto, classifica-se como pesquisa de campo numa abordagem qualitativa. Serão utilizados questionários com questões abertas e semiabertas para coleta de dados dentro do ambiente pesquisado. Além do questionário serão realizadas observações *in loco* para complementar os dados coletados.

#### **4.2 Lugar e sujeitos da pesquisa**

A pesquisa será desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisca Leite da Silva localizada na zona rural no município de Coremas-PB. A referida escola foi fundada no ano de 1992, na administração do prefeito José Hilton Lopes, pois na comunidade não tinha escola e as crianças iam estudar na comunidade vizinha. O nome da escola é em homenagem ao nome da mãe do proprietário do terreno onde a mesma está construída. A escola está localizada na área rural no Sítio Barro no município de Coremas-PB. É de fácil acesso, pois fica

próxima da estrada e não chega carro até a escola. Quanto às suas dependências funciona em condições consideradas boas e atende 60 (sessenta), alunos da pré-escola ao 5º ano e só funciona no turno matutino. Conta atualmente com 3 (três) professoras e a diretora. As professoras com formação em nível superior e a diretora tem especialização em Psicopedagogia.

A escola conta apenas com dois (duas) sala de aula, 2 (dois) banheiros, 1 (um) pátio, 1 (uma) cozinha e 1 (uma) secretaria local onde funciona a sala de aula da turma da pré-escola; local muito pequeno para atender 14 (quatorze) crianças. Também trabalham na escola 1 (um) guarda e 2 (duas) auxiliares de serviço. Quanto ao grau de escolaridade dos demais funcionários o guarda estudou até o 6º ano e as duas auxiliares de serviço até 5º ano. A escola não dispõe de nenhum recurso tecnológico e a mesma se encontra em bom estado de conservação.

Quanto ao acesso para pessoas com necessidades especiais não há porque não há rampa para cadeirantes. Nem as portas nem os banheiros são adequados para pessoas com deficiência.

Os sujeitos desta pesquisa serão a diretora e as 3 (três) professoras da referida escola. A diretora por ela ser responsável por tudo que acontece na escola desde a matrícula, e as professoras por enfrentarem as dificuldades de trabalhar com as crianças com surdez sem ter nenhuma capacitação para trabalhar com a problemática mencionada acima.

### **4.3 Detalhamentos do percurso da pesquisa**

Inicialmente fui à Escola Municipal Francisca Leite da Silva, localizada na zona rural no município de Coremas-PB, para conversar com as professoras e a gestora para saber se elas poderiam me ajudar com o meu instrumento de pesquisa respondendo um questionário. Fui muito bem recebida; todas se dispuseram a responder com a maior satisfação. Após a conversa realizamos uma visita à escola, campo de pesquisa, com a finalidade de verificar a situação do ambiente onde as crianças com surdez estão sendo atendidas. Nessa ocasião algumas conversas informais com professoras e com a gestora possibilitaram que nos aproximássemos um pouco da perspectiva de inclusão das crianças com surdez na referida escola.

Para efetivar a realização da pesquisa houve inicialmente, uma roda de conversa informal com as professoras, na qual algumas já adiantaram informações

que serão registradas na análise dos dados. Além da conversa informal foram aplicados questionários com questões abertas e semiabertas como instrumento metodológico a ser utilizado junto às professoras e à diretora, abordando a temática relacionada à inclusão da criança com surdez na escola. O questionário continha nove perguntas que estavam relacionadas ao problema da pesquisa e aos objetivos iniciais deste trabalho.

Os instrumentos aplicados possibilitaram entender melhor o objeto de estudo: inclusão de crianças com surdez, relacionando-o às necessidades da escola, assim como também do corpo docente da escola para entender melhor todas as questões que circundam o problema investigado. Verificadas as respostas aos questionários e concluídas as observações, iniciamos a fase de sistematização e análise dos dados coletados.

## 5 INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SURDEZ NA ESCOLA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Este capítulo traz os dados da pesquisa, ao tempo em que reflete sobre esses dados, buscando principalmente responder ao objetivo geral colocado como foco deste trabalho.

A pesquisa sobre inclusão da criança com surdez na educação infantil buscou investigar as condições que as escolas de educação infantil apresentam para receber crianças com surdez e em que medida essas condições garantem o acesso, permanência e aprendizagem das crianças. Para investigar a problemática foram elaboradas questões sobre os seguintes aspectos:

- A importância de a escola garantir a inclusão da criança com surdez na educação infantil;
- Condições da escola no sentido de garantir a inclusão das crianças com surdez;
- Metodologia de trabalho das professoras;
- Avaliação;
- Uso de jogos e brincadeiras como mecanismos de inclusão.

As questões acima citadas constituem eixos orientadores para a análise dos dados coletados. Aqui é importante retomar que o objetivo geral da pesquisa foi o de analisar as condições efetivas das escolas para atender crianças com surdez, tendo em vista a importância da inclusão social dessas crianças na educação infantil como garantia de direito.

Ao serem indagadas sobre a importância da escola no processo de garantia da inclusão da criança com surdez na educação infantil, as professoras salientaram esta importância e assim se manifestaram:

*“[...] antes de qualquer deficiência vem a pessoa que merece ter as mesmas oportunidades diante da vida” (professora A). “[...] é imprescindível o acesso desses alunos ao ambiente escolar, bem como a permanência e a garantia de recursos para essa permanência” (professora B).*

Além das professoras a gestora endossou esta opinião: *“[...] assim como as crianças ditas “normais”, as crianças com necessidades especiais têm direitos e*

*deveres e precisam ser respeitados, assim como também elas têm leis que lhes asseguram esses direitos” (Gestora).*

As respostas das entrevistadas evidenciaram, inicialmente, a preocupação da equipe docente e da gestão, em incluir as crianças com necessidades especiais de forma a garantir o direito de acesso e permanência na escola com um aprendizado significativo. Contudo, apesar de considerar importante a inclusão da criança na escola, as entrevistadas ressaltam as dificuldades decorrentes de a escola não estar sendo adequada para receber crianças com necessidades especiais, como registra o seguinte depoimento:

*As escolas do município não oferecem nenhuma condição que garanta o acesso e a permanência da criança com surdez; às vezes a permanência e o aprendizado dessas crianças ocorrem quando há um profissional comprometido com o que faz e abraça essas crianças com surdez visando transmitir conhecimentos para que elas tenham um aprendizado significativo que é o que acontece em minha escola, uma professora que se desdobra para que sua aluna com surdez tenha um bom aprendizado (gestora).*

Soares e Lacerda (2004 *apud* DIAZ et al., 2009, p. 21), numa pesquisa sobre a inclusão de criança surda na escola regular, afirmam que “o modo como a escola está organizada pedagogicamente não leva em conta a surdez e sua complexidade, não atendendo, assim, às necessidades dos surdos” (SOARES; LACERDA, 2004, p. 129 *apud* DIAZ et al., 2009). As autoras comentam sobre a importância de se considerar a língua materna do sujeito surdo, a Libras. Elas apontam falhas na escola que pretende incluir o surdo no meio dos ouvintes e chegaram à seguinte conclusão:

*A inclusão almejada acaba ficando somente nos desejos da escola/professora, porque há uma organização que implícita ou explicitamente valoriza o ouvir, o ser ouvinte, e isso acaba aparecendo e marcando as relações, revelando uma práxis pouco ou nada inclusiva. Nesse constante jogo, constrói identidades que se sucedem e se antagonizam, indicando os efeitos desse ambiente em sua constituição. Mas quais identidades poderão ser construídas neste contexto? (SOARES; LACERDA, 2004, p. 141 *apud* DIAZ et al., 2009).*

A reflexão de Soares e Lacerda se confirma nos dados pesquisados, pois é explícito o compromisso dos professores com o processo ensino-aprendizagem, o que atesta o depoimento da gestora:

*Quando há um profissional comprometido com o que faz e abraça essas crianças com surdez visando transmitir conhecimentos para que elas tenham um aprendizado significativo, a aprendizagem acontece; é o que acontece em minha escola, uma professora se desdobra para que sua aluna com surdez tenha um bom aprendizado (gestora).*

Todavia, não basta a boa vontade e esforço dos professores. Um processo educativo exige condições para que ele se desenvolva da melhor forma possível. Alguns depoimentos ressaltam a dificuldade de acesso a recursos didáticos para serem trabalhados com essas crianças, e a ausência de uma formação específica para os próprios docentes:

*Atualmente encontra-se em falta profissionais capacitados para lidar com essa situação. (professora B).*

*Não houve capacitação para trabalhar esse tipo de necessidade, mas os professores desenvolvem metodologias que proporcionem a inclusão. (professora C).*

Ficou claro nos questionários que as professoras não recebem nenhum curso de formação específico para trabalhar com as crianças com surdez, ou seja, o município deixa muito a desejar em termos de políticas que satisfaçam essas necessidades.

Segundo Schwartzman (*apud* SILVA, 2000, p. 39 citado por RIJO, 2009, p. 19):

*Os professores do ensino regular não têm sido preparados para a tarefa de lidar com crianças com necessidades educativas especiais e sem este preparo, por melhor que seja o método utilizado, as chances de sucesso são muito limitadas.*

Às vezes a permanência e o aprendizado dessas crianças ocorrem com a colaboração, esforço e dedicação de todos os profissionais que fazem a escola, é possível, mesmo que de forma limitada, garantir a inclusão e permanência dessas crianças; mas isto não desobriga o poder público de cumprir com seu papel.

*Para que aconteça a inclusão dos sujeitos surdos. Faz-se necessário uma escola que valorize a identidade dessas pessoas, porque eles estão no meio de colegas ouvintes, diretores ouvintes, coordenadores ouvintes e professores ouvintes. Dessa forma não é justo querer que o surdo fosse um ouvinte, o surdo é um sujeito surdo e a escola precisa entender essa questão que envolve a cultura e identidade surda e colocar professores surdos para que assim esses sujeitos se sintam valorizados no seu*

ambiente escolar facilitando seu aprendizado e relacionamento entre ambos (SOARES; LACERDA, 2004, p. 145 *apud* DIAZ et al., 2009).

Quando questionadas sobre como é tratada a questão da inclusão pela equipe da escola, ambas as professoras e a gestora responderam que todas as tratam de maneira colaborativa, sem discriminação, todos contribuindo para que essas crianças se sintam incluídas no ambiente escolar e as instruindo para que elas façam valer seus direitos na sociedade.

Numa roda de conversa, ao responderem sobre a maneira como elas trabalham a inclusão das crianças com necessidades especiais e quais as dinâmicas utilizadas por elas, para que essas crianças não se sintam excluídas, uma das professoras respondeu que o primeiro passo que ela utilizou para que essas crianças se sintam incluídas no ambiente escolar foi procurar uma forma de se comunicar com essas crianças. Como ela tem uma turma de 30 alunos em uma turma multisseriada, não tinha muito tempo para se dedicar a essas crianças, então durante o intervalo ela ia tentar falar com essas crianças e assim conseguiu incluir de forma que hoje elas participam ativamente das aulas com as crianças ditas “normais”.

Mas, também, aprendeu a trabalhar com a Libras, com os próprios alunos buscando diferentes alternativas que transformem o ambiente onde estas crianças surdas estão sendo atendidas em um lugar onde haja respeito, companheirismo e interação no processo de construção do conhecimento, o que acontece de forma sistematizada e democrática, garantindo, não só o acesso das crianças à escola, mas também a sua permanência de forma incluída e prazerosa.

Em relação à metodologia de trabalho desenvolvida pela escola para atender as necessidades das crianças com surdez foi evidenciado que a escola elabora um plano bimestral e nesse plano é levada em consideração a necessidade das crianças com surdez uma vez que elas estão ali para aprender e não só pra enfeitar a sala de aula.

*No meu caso está sendo difícil devido não ter tido uma formação específica, mas pesquiso e estou tentando fazer o meu papel dando o melhor de mim, pois a maneira que eu ensino também aprendo e muito com ela. (professora A)*

*O município deixa muito a desejar de políticas que satisfaçam essas necessidades. Porém, com a colaboração é possível mesmo que pouco dar condições para a inclusão e permanência dessas crianças. (Professora B).*

Diante dos depoimentos mencionados acima fica claro que a equipe da escola se esforça para desenvolver um trabalho significativo e de inclusão, visando a uma aprendizagem significativa das crianças com surdez; porém, ficaram evidentes nos depoimentos as dificuldades de desenvolver um trabalho educativo que sane todas as dificuldades dessas crianças sendo que o município deixa muito a desejar em termos de políticas que incluam a necessidade dessas crianças com surdez, uma vez que nossos governantes muito falam em política de inclusão na teoria, mas pouco ou quase nada se faz na prática para que essa inclusão realmente aconteça, pois o que mais vemos no dia a dia são crianças com surdez ou outras necessidades sendo colocadas dentro das salas de aulas com as crianças ditas “normais” e com professores que não recebem nenhuma capacitação para lidar com essa situação. É preciso que nossos governantes revejam seus conceitos de inclusão e os coloquem realmente na prática e invistam na infraestrutura das escolas e em capacitação de professores para que as crianças com necessidades especiais estudem em uma escola adequada e com professores com curso específico para atender as suas necessidades.

Quando questionadas como é feita a avaliação das crianças com surdez todas falaram que a avaliação é feita de forma contínua e cumulativa.

*Qualitativo e contínuo considerando todos os avanços alcançados.*  
(professora A)

*A avaliação é feita sistematicamente dando ênfase ao aprendizado visto que a avaliação tradicional não se torna a maneira mais apropriada.*  
(professora B)

*São avaliadas de acordo com o seu aprendizado e de forma contínua.*  
(gestora)

Tanto os depoimentos das professoras quanto o da gestora indicam a inconsistência ou mesmo inexistência de uma proposta pedagógica que apresente com clareza e consistência um procedimento apropriado para a avaliação das crianças com surdez. “Avaliação contínua”, além de ser uma afirmação muito genérica, serve a qualquer criança. Portanto, qual o procedimento utilizado para se perceber e registrar os avanços e aprendizagens dessas crianças? Isto não aparece nos depoimentos.

Outro aspecto investigado durante a pesquisa foi o uso de jogos e brincadeiras como instrumento de inclusão. Em resposta a esta questão, as entrevistadas assim se pronunciaram:

*Com certeza, não só o surdo como também outras crianças que tenham qualquer tipo de deficiência. (professora A)*

*É mais que necessário a inclusão dessas crianças em todas as brincadeiras e atividades visando a inclusão e a aprendizagem. (Professora B)*

*Sim, pois na escola elas são vistas como sujeitos de direito e como tal têm seus direitos respeitados e são inclusas nos jogos e brincadeiras. (gestora)*

Um trabalho diversificado com jogos e brincadeiras desde que integrem todos, até mesmo as crianças com necessidades especiais, porém, é preciso que o município invista em capacitação dos profissionais da educação para que eles desenvolvam seu trabalho de acordo com as necessidades dessas crianças já que é seu direito ter professores com formação específica para atuar em sala de aula.

Toda criança necessita de um ambiente rico em diversos estímulos, do convívio com outras crianças, de afeto e de cuidados com o intuito de garantir o seu desenvolvimento em todos os aspectos: cognitivo, psicomotor, físico, afetivo etc. A criança surda, como qualquer criança, também necessita dessa convivência com outras crianças num mesmo ambiente, mesmo com suas limitações, dada a necessidade de interação para favorecer o processo de aprendizagem que poderá ocorrer a partir do convívio com as outras crianças, levando-a a superar os obstáculos existentes e, aos poucos, desenvolver habilidades ampliando o conhecimento sobre si e o mundo do qual faz parte.

*“[...] é em seu próprio desenvolvimento que ocorre dentro de práticas sociais variadas com interlocutores, que a criança se apropriará de formas culturais historicamente construídas de reagir afetivamente a algo, de manipular objetos, de raciocinar etc.” (OLIVEIRA, 1997 *apud* LACERDA, 2009, p. 48 citado por SOUSA; SILVA; SOUZA, 2011, p. 10).*

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo possibilitou analisar as condições de inclusão das crianças com surdez na educação infantil nas escolas do meu município tendo como campo de pesquisa a escola Francisca Leite da Silva investigada, considerando os princípios de políticas educacionais que promovem e asseguram às crianças com surdez participar e aprender em condições de igualdade sem sofrer discriminação e danos intelectuais no contexto escolar. Por meio de estudos teóricos e investigativos, foi possível perceber que teoria e prática nem sempre caminham juntas, ou seja, não estão em consenso com o propósito de educação na perspectiva inclusiva uma vez que a oferta do ensino dispensado ao aluno surdo na instituição analisada ainda não oportuniza ao aluno deficiente auditivo construir a sua identidade e autonomia, uma vez que suas peculiaridades não são consideradas no contexto da prática escolar.

Frequentemente eles são tratados como ouvintes e precisam se adequar às regras da escola

Outra consideração importante a ser feita é em relação ao despreparo dos professores quanto às condições necessárias para ensinar alunos com surdez. É importante salientar que além da formação continuada para estes educadores é necessário incluir no currículo da pedagogia e das licenciaturas as cadeiras de braille e libras, de modo que todo educador, independente de sua área de atuação possa ter as informações básicas para se comunicar e mediar o processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos e mudos. Isto se justifica, pois além da educação infantil encontramos pessoas com deficiência em outros níveis e/ou modalidades de ensino.

Isto se faz necessário e urgente para assistir ao aluno surdo na sala regular de ensino, o que tem se constituído como um dos grandes empecilhos de acordo com o que as professoras mesmas relataram quando foram questionadas sobre a sua comunicação interação com todos os componentes da escola, visto que não existe na instituição de ensino uma organização de base para o atendimento educacional de alunos deficientes auditivos.

A compreensão de inclusão do aluno com deficiência na escola regular de ensino, percebida pelas entrevistadas neste estudo, a princípio parecia não ser bem

interpretada, visto que elas entendiam que inclusão estava relacionada apenas ao acesso ou acessibilidade. Este acesso seria então apenas promovido pela edificação de rampas nas dependências ou entorno da escola, e não a todas as condicionantes para verdadeira inclusão tais como: organização do espaço escolar, formação específica dos profissionais, adaptação curricular, estratégias de ensino, processos avaliativos, parcerias firmadas entre os órgãos gestores e pais, bem como utilização de recursos tecnológicos facilitadores do processo de aprendizagem do aluno surdo na escola comum.

Por meio dos estudos realizados constatou-se que tanto as professoras quanto os alunos surdos enfrentam muitas dificuldades de acesso ao ensino de qualidade. Às docentes faltam melhores condições de trabalho e aos alunos faltam melhores condições de aprendizagem. Os relatos dos professores foram bastante esclarecedores quanto ao despreparo destes para lidar com alunos surdos nas suas salas de aula, embora um deles tenha demonstrado certa facilidade na comunicação com o aluno surdo, mas isto não lhe garante conhecimento de causa.

Levando em conta as discussões de especialistas, educadores, pais de alunos surdos e os parâmetros legais que regem a educação do país, entre estes a LDB (9.934/96), o sistema municipal de ensino precisa rever sua estrutura organizacional para oferta do ensino inclusivo. Esta revisão deve começar por absorver as novas compreensões de ensino na perspectiva inclusiva, passando por mudanças na estrutura física das instituições, aquisição de recursos materiais, capacitações dos profissionais da rede, incorporação das famílias nos seus projetos educacionais visando à melhoria no processo ensino-aprendizagem do seu corpo discente independente de deficiências de qualquer natureza.

## REFERÊNCIAS

AMORIN, Maria Ivaneide D. de Azevedo; COSTA, Sílvia Maria da S. Moraes; WALKER, Maristela Rosso. **A inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino**. p. 02-08. Disponível em: <<http://www.ufac.br/portal/unidades-administrativas/orgaos-complementares/edufac/revistas-eletronicas/revista-ramal-de-ideias/edicoes/edicao-1/caminhos-da-educacao/a-inclusao-do-aluno-surdo-na-rede-regular-de-ensino>>. Acesso em: 12 out. 2013.

BARBOSA, Meire Aparecida. **A inclusão do surdo no ensino regular: a legislação**. Monografia (Curso de Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2007. p. 16. Disponível em: <[http://editora-arara-azul.com.br/cadernoacademico/tcc\\_meire.pdf](http://editora-arara-azul.com.br/cadernoacademico/tcc_meire.pdf)>. Acesso em: 09 set. 2013.

BRASIL. Decreto Lei 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 23 de dezembro de 2005.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.298/1999**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)>. Acesso em: 17 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626/05**, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/educacao/marcos-politico-legais.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº 9.394/96. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.853/89**, de 24 de outubro de 1989. Disponível em: <<http://inclusaoja.com.br/legislacao/>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.796**, de 29 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/19561956/cartilha-dia-nacional-dos-surdos>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas para inclusão: estratégias para alunos com necessidades educativas especiais**. Brasília, 2000. Xérox.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva: a fundamentação filosófica**. Brasília, 2004. Xérox.

BRENNAND, Edna Gusmão de Góes; ROSSI, Silvio José (Org.). **Trilhas do Aprendente**. v. 8. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2011. p. 198-207.

CARVALHO, Alfredo Roberto de. **A educação das pessoas com deficiência no capitalismo**: a segregação dos elementos perturbadores da ordem burguesa. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis12/art1\\_12.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis12/art1_12.htm)>. Acesso em: 20 set. 2013.

CARVALHO, Rodrigo Janoni. Língua de Sinais Brasileira e Breve Histórico da Educação Surda. **ÁGORA – Revista Eletrônica**, nº 11, p. 3, dez. 2010. Disponível em: <[http://agora.ceedo.com.br/agora11/historicosurdez\\_RodrigoJanonideCarvalho.pdf](http://agora.ceedo.com.br/agora11/historicosurdez_RodrigoJanonideCarvalho.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Língua de Sinais Brasileira e Breve Histórico da Educação Surda**. Disponível em: <<http://editora-araazul.com.br/novoeaa/revista/?p=466>>. Acesso em: 29 set. 2013.

COUTINHO, Sônia Regina Vieira. **Educação Inclusiva**: o educador frente ao aluno portador de necessidade especiais (surdo). Rio de Janeiro, abr. 2002, p. 27-28. Disponível em: <<http://www.avm.edu.br/monopdf/1/SONIA%20REGINA%20VIEIRA%20COUTINHO.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2013.

DECLARAÇÃO de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. 7 a 10 de junho de 1994. Brasília: CORDE, 1994.

DÍAZ, Félix et al. (Org.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/170/1/Educacao%20Inclusiva.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2003.

INCLUSÃO JÁ: **Em defesa do direito à educação inclusiva** Disponível em: <<http://inclusaoja.com.br/legislacao/>>. Acesso em: 02 out. 2013.

LACERDA, Cristina Broglie Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cad. CEDES**, v. 26, n. 69, Campinas, Maio/Ago. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622006000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622006000200004)>. Acesso em: 09 out. 2013.

LIMA, Verônica Aparecida Pinto. **A Inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares da rede pública de educação**: uma questão linguística. TCC (Pós-graduação em Educação Especial) - Unirio/Cead, Rio de Janeiro, 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL: Fundação Procuradora Pedro Jorge de Melo e Silva (Org.). **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004. p. 3. Disponível em: <<http://www.adiron.com.br/site/uploads/File/cartilhaatual.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2013.

MONTEIRO, Suelen Santos et al. **Língua brasileira de sinais – LIBRAS na formação de professores**: o que dizem as produções científicas. p. 4 Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/viewFile/6292/4702>>. Acesso em: 14 out. 2013.

MOURA, Leila. **Inclusão... caminho a ser seguido com responsabilidade por todos.** 13 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://educartenasdiferencas.blogspot.com.br/2012/09/inclusao-caminho-ser-seguido-com.html>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

OLIVEIRA, Marly de. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

OSAVA, Mário. **A inclusão de crianças surdas ao sistema educacional.** 12/11/2007. Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1016>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

PACHECO, José et al. **Caminhos para a inclusão:** um guia para o aprimoramento escolar: Porto Alegre: Editora Artmed, 2007. p. 15.

QUEIROZ, Benedito José de. **O fazer pedagógico na pré-escola: um olhar crítico sobre a práxis das professoras.** Monografia (Curso de Pedagogia). Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Pombal, 2011. P. 38.

RAMOS, Clélia Regina. **O direito da criança surda de crescer bilíngüe.** Petrópolis-RJ: Editora Arara Azul Ltda. Disponível em: <<http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo1.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2013.

RIJO, Marcos Giovane de Quevedo. **A inclusão de alunos surdos nas escolas públicas de Passo Fundo.** Cuiabá-MT, 2009. p. 19. Disponível em: [http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201007111045971marcos\\_giovane.pdf](http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201007111045971marcos_giovane.pdf). Acesso em: 21 nov. 2013.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação LDB trajetória, limites e perspectivas.** Campinas - SP: Editora Autores Associados LTDA, 2008. p. 102-103.

SILVA, Ângela Carranho da. **Ouvindo o silêncio:** Educação, linguagem e surdez. Porto Alegre: Mediação, 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/educacao-de-surdos-e-sociedade/53104/>>. Acesso em: 12 out. 2013.

SILVA, Liliane Bezerra da; SILVA, Lucimeiry Batista da. **Inclusão de alunos surdos na Escola Municipal de Ensino Fundamental João Moreira Soares.** Disponível em: <[http://portal.virtual.ufpb.br/bibliotecavirtual/files/inclusao\\_de\\_alunos\\_surdos\\_na\\_esc\\_ola\\_municipal\\_de\\_ensino\\_fundamental\\_joao\\_moreira\\_soares\\_1343924381.pdf](http://portal.virtual.ufpb.br/bibliotecavirtual/files/inclusao_de_alunos_surdos_na_esc_ola_municipal_de_ensino_fundamental_joao_moreira_soares_1343924381.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2013.

SILVA, O. M. A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1986. In: CARVALHO, Alfredo Roberto de. **A educação das pessoas com deficiência no capitalismo:** a segregação dos elementos perturbadores da ordem burguesa. Disponível em:

<[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis12/art1\\_12.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis12/art1_12.htm)>. Acesso em: 20 set. 2013.

SOUSA, Ana Lúcia de; SILVA, Márcia de França da; SOUZA, Maria Dalva Evangelista de. **(Des) caminhos da inclusão da criança surda na educação infantil.** p. 12. São Cristovão-SE. set. 2011. Disponível em: <[http://www.educonufs.com.br/vcoloquio/cdcoloquio/cdroom/eixo%2010/PDF/Microsoft%20Word%20%20\(DES\)%20CAMINHOS%20DA%20INCLUSaO%20DA%20CRIAN%C7A%20SURDA%20NA%20EDUCAcaO%20INFANTIL.pdf](http://www.educonufs.com.br/vcoloquio/cdcoloquio/cdroom/eixo%2010/PDF/Microsoft%20Word%20%20(DES)%20CAMINHOS%20DA%20INCLUSaO%20DA%20CRIAN%C7A%20SURDA%20NA%20EDUCAcaO%20INFANTIL.pdf)>. Acesso em: 04 dez. 2013.

SOUSA, Danilo Noletto de. **Legislação e diretrizes internacionais da educação especial no Brasil** Disponível em: <<http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=3356&idAreaSel=16&seeArt=yes>>. Acesso em: 13 out. 2013

SOUZA, Francisca Zélia Maia. **A língua brasileira de sinais.** 2013. Disponível em: <[http://ciclopalestra.blogspot.com.br/2013\\_02\\_03\\_archive.html](http://ciclopalestra.blogspot.com.br/2013_02_03_archive.html)>. Acesso em: 25 set. 2013.

**APÊNDICE – Questionário aplicado à gestora e as três professoras da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisca Leite da Silva**

Quais as condições que as escolas de educação infantil apresentam para receber crianças com surdez?

Estas condições garantem o acesso, permanência e aprendizagem dessas crianças?

Identificar situações de brincadeiras e cuidados visando novas formas de aprender e de criar oportunidades de aprendizagem para as crianças com surdez.

1. Identifique sua função na escola:

professora                       diretora

2. Para você é importante que a escola garanta a inclusão da criança com surdez, na educação infantil?

sim     não

Justifique sua resposta;

---

---

---

3. Quais as condições que a escola oferece para garantir o direito de acesso, permanência e aprendizagem da criança com surdez?

---

---

---

4. Como é tratada a questão da inclusão por todo equipe da escola?

---

---

---

5. Qual é a metodologia de trabalho desenvolvida pela escola para atender as necessidades das crianças com surdez?

---

---

---

6. Como as crianças com surdez são avaliadas durante o ano letivo?

---

---

---

7. Enquanto professora vc recebe alguma formação específica para atender as crianças com surdez?

sim  não

Qual formação recebe?

---

---

---

8. Os jogos e as brincadeiras desenvolvidas na escola, incluem as crianças com surdez?

---

---

---

9 Na sua opinião, a escola está preparada para receber as crianças com surdez?

sim  não

Justifique sua resposta.

---

---

---